



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11948 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

Parâmetros de atualização do Exame Nacional do Ensino Médio: as propostas para o Enem pós-implementação do Novo Ensino Médio e as perspectivas para a juventude

Vanessa Fernandes Biondini - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS-  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**PARÂMETROS DE ATUALIZAÇÃO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO  
MÉDIO: AS PROPOSTAS PARA O ENEM PÓS-IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO  
ENSINO MÉDIO E AS PERSPECTIVAS PARA A JUVENTUDE**

A reforma do Ensino Médio aprovada pelo Ministério da Educação (MEC), em 2017, suscitou a previsão de uma provável alteração estrutural do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para atendimento às novas demandas curriculares da última etapa do ensino básico do Brasil. Tal hipótese foi validada, em junho de 2021, quando o MEC anunciou a formação de um grupo de trabalho (GT) responsável pela elaboração de parâmetros para a atualização do Enem, o qual deveria pensar a elaboração de diretrizes que tornassem esse exame mais aderente ao Novo Ensino Médio. No entanto, a confirmação das mudanças no Enem, principalmente em pós-período pandêmico, no qual houve claro atraso nas atividades educativas do país, e devendo esse exame corresponder a uma base curricular recém-implantada, fomenta dúvidas sobre as perspectivas de acesso ao ensino superior para a juventude. Para tanto, usando como método a análise documental, buscamos minuciar os Parâmetros de atualização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - Portaria nº 411, de 17 de junho de 2021, alterada pela Portaria nº 557, de 22 de julho de 2021 -, a fim de compreender os futuros panoramas de ingresso no ensino superior para os jovens brasileiros, sobretudo os periféricos.

Desde 1998, quando foi instituído pela Portaria Ministerial nº438, o Enem passou por importantes transformações: em 2004, o Programa Universidade para Todos (ProUni) começou a usar a nota do Enem para concessão de bolsas de estudos integrais e parciais aos/às participantes; em 2009, houve a criação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que

possibilitou o uso das notas obtidas no Enem para entrada no ensino superior; em 2010, os resultados do exame passaram a ser adotados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); e, em 2013, essa nota também passou a ser utilizada na concessão de bolsas de estudos do programa Ciências sem Fronteiras. Atualmente, o Enem é a maior porta de entrada para o ensino superior no Brasil e, ainda, oportunidade para o ingresso em algumas universidades estrangeiras, como Universidade de Coimbra (UC), em Portugal, École Normale Supérieure, na França e Universidade de Nova York, nos Estados Unidos.

Mais recentemente, em 2017, a Lei nº 13.415 despertou especulações sobre os rumos do Enem pós-implementação do Novo Ensino Médio. Nesse momento, as movimentações do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) já indicavam uma grande mudança no formato do exame, a ser implementada em 2024, ano de previsão de conclusão do ensino médio para egressos/as em 2022 (estudantes que fizeram a entrada no 1º ano do ensino médio em 2022, ano de implementação do Novo Ensino Médio, se aprovados dentro do prazo esperado de 3 anos, seriam os primeiros a serem avaliados pelo novo modelo de Enem). Entretanto, nesse meio tempo, o mundo enfrentou uma pandemia de Covid-19 que alterou completamente o funcionamento das escolas do país, tendo o ensino sido adaptado para o formato remoto, dependente de ferramentas digitais e condições de conexão à internet, com claro prejuízo à educação, especialmente a pública, já que, no Brasil, segundo a pesquisa TIC Educação 2019, cerca de 40% dos/as alunos/as da rede pública de ensino não possuíam computador em casa. Esse novo contexto confirmou a falta de acesso a aparelhos tecnológicos e à internet, que há anos é vivenciada pela população menos favorecida economicamente do país, a qual deve ser considerada dentro do rol de condições díspares de estudo.

Passado o período mais crítico da pandemia, as escolas retornaram as atividades presenciais no ano de 2022, devendo atender às diretrizes do Novo Ensino Médio, mas com um contingente de alunos/as com graves falhas de aprendizado e consideráveis implicações dos últimos dois anos, tais como alterações nos núcleos familiares devido a mortes pela doença ou a graves crises financeiras, sequelas da Covid-19, desnutrição ou rotina de trabalho motivada pela necessidade de contribuir financeiramente em casa. Apesar disso, em abril de 2022, o MEC oficializou a mudança prevista para o Enem, comunicando os parâmetros de atualização do exame, o que, a priori, parece incompatível com os atuais desafios enfrentados pela educação. Logo, pairam incertezas sobre o quão democrático será o futuro acesso de alunos/as ao ensino superior brasileiro, já que, com a enorme defasagem provocada pelos anos de pandemia, especialmente para a juventude periférica e marginalizada, modificações abruptas no exame podem tornar os resultados obtidos no Enem ainda mais desiguais.

Por essa razão, é preciso que questões sejam levantadas a propósito dessas mudanças previstas para o Enem. A primeira delas é o fato de que uma das etapas do exame corresponderá à avaliação da BNCC, pressupondo, assim, que entre os anos de 2022 e 2024, todas as escolas de ensino médio brasileiras já estarão com os seus currículos totalmente

adequados à nova base, sendo que o próprio INEP prevê uma implementação gradual do Novo Ensino Médio até 2024, isto é, provavelmente um número expressivo de escolas não terão, na data prevista para o Novo Enem, conseguido incorporar plenamente a base, o que acarretará significativo prejuízo ao/à aluno/a avaliado/a. Ademais, é mister que consideremos o fato de que o exame poderá passar a contar com questões discursivas - informação que fica em aberto no documento que anuncia os parâmetros de atualização -, as quais exigem, além do entendimento das habilidades e das competências da BNCC, o domínio da redação de texto, o que precisa ser melhor compreendido no momento em que muitos/as alunos/as concluíram o ensino fundamental de maneira remota, passando até 2 anos sem o suporte direto de um educador e carregando para o ensino médio enormes faltas, inclusive de letramento.

Em conclusão, sustentamos a hipótese de que haverá evidente condição desigual de acesso ao ensino superior, pós-Novos Enem, principalmente para os jovens periféricos e marginalizados, principais afetados pela pandemia, sobretudo por expressivos déficits na formação escolar provocados pela pouca assistência estudantil, o que colaboraria para uma ampliação do viés elitista que o Enem já vem sustentando há tantos anos. Desse modo, modificar as provas desse exame antes da consolidação do Novo Ensino Médio e tão imediatamente após dois anos singulares na educação (pandemia de Covid-19) é assumir a irresponsabilidade de fazer com que a educação de nível superior volte a se tornar uma realidade distante para a juventude periférica, além de indicar uma expressiva regressão nas conquistas alcançadas por programas como Prouni e Fies.

**PALAVRAS-CHAVE:** Novo Ensino Médio. Novo Enem. Juventude. Pandemia. Desigualdade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria Ministerial N.º 438, de 28 de maio de 1998. **Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.** Brasília, DF, 1º jun. 1998.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria N.º 557, de 22 de julho de 2021. **Altera a Portaria MEC nº 411, de 17 de junho de 2021, que institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de discutir a atualização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja.** Brasília, 2021.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das**

